

# SINDÁGUA

Sindicato dos Trab. nas Indústrias de Pur. e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais **CUT**

## Deixa a gente trabalhar!

As pesquisas indicam claramente quem comandará o País pelos próximos quatro anos. O principal recado do povo aponta para um governo de recuperação econômica e que honre as responsabilidades sociais.

**PÁGINA 8**



REPRODUÇÃO FORUM SOCIAL MUNDIAL 2005 PORTO ALEGRE - FOTO PROFESSOR ROGÉRIO RIBEIRO

A EMPRESA DO NOVO MERCADO ESQUECE SEU COMPROMISSO SOCIAL

# PRIVATIZAÇÃO

O projeto das “copasinhas” pode retornar ao plenário da Assembléia Legislativa para votação em novembro. Alguns vetos constitucionais impediram votações no legislativo mineiro agora em outubro e a tentativa de dividir a Copasa em subsidiárias espera ainda a realização de audiências públicas nos municípios de Teófilo Otoni (09/nov), Araçuaí (14/nov) e Pescador (data a ser confirmada).

Uma nota publicada pelo periódico “Relatório Reservado” de 9 de outubro, foi estampada no clipping da Copasa na última semana, mas sobreviveu poucos minutos até que fosse banido do ar. A nota, reproduzida ao lado, dá a senha pavorosa para a Copasa com as subsidiárias, caminho seguro para a privatização.

A Frente Estadual de Saneamento promove reuniões a partir do próximo dia 24, para definir as ações em defesa do setor. A primeira reunião será realizada no Sindicato de Engenheiros.

## Relatório Reservado

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2006 – Nº 2.985

• Com mandato renovado, Aécio Neves vai agilizar a privatização da Copasa. A operação deverá se dar por meio da venda de ações das subsidiárias da estatal, criadas para assumir a concessão de saneamento em determinadas regiões.

# PCCS sai do forno sem discussão

*José Maria dos Santos*

Os trabalhadores foram surpreendidos há cerca de uma semana com a publicação na intranet do Regulamento do Plano de Cargos e Salários.

O documento está sendo encaminhado pelo SINDÁGUA para consultoria técnica, para que tenhamos um diagnóstico mais preciso sobre seus impactos, mas, de imediato, acusamos a forma unilateral com que foi produzido e o não atendimento de premissas imprescindíveis para que o PCCS seja transparente para toda a empresa e, também, para a sociedade, pois trata-se de uma empresa pública, que deve cumprir preceitos constitucionais na formação e administração de pessoal.

Entendemos que muito ainda falta ao PCCS, para que sejam atendidas as preocupações preceituadas pelo próprio Ministério Público do Trabalho, que apontou um padrão de plano de cargos para ser aplicado nas empresas forçadas pela Constituição aos concursos públicos e administração transparente. Outra medida que gostaríamos ver contemplada no plano é a diminuição da escandalosa diferença entre os menores e maiores salários.

Devemos destacar ainda que não foi exatamente isto que a Copasa vinha pregando. Falava que só discutiria o PCCS após a implantação do

ERP, quando seria definido um novo modelo estrutural para a empresa. Na implantação do ERP, a Copasa ficou praticamente travada. Na grande maioria das localidades falta ainda treinamento e os trabalhadores não têm como utilizar o SAP. Nada pode ser dimensionado ainda, tal a confusão descrita pelos trabalhadores ao sindicato.

A empresa chegou a fixar o prazo de dezembro, para que pudéssemos, inclusive, acompanhar a elaboração deste importante instrumento administrativo. Uma semana após a implantação do ERP, no entanto, o Regulamento do PCCS caiu como uma bomba na empresa, faltando uma discussão mais aprofundada e a participação de todos os agentes que poderia modelar o documento.

O SINDÁGUA abre a discussão interna sobre o documento divulgado e buscará todos os canais competentes para fazer valer o direito dos trabalhadores e da sociedade em um documento que garante a transparência administrativa de cargos e salários dentro da Copasa.



## Não há crescimento sem produtividade

Começam as discussões na empresa sobre o pagamento da produtividade, que foi definido na cláusula 3ª do último acordo coletivo. Por esta cláusula, as comissões de trabalhadores e da empresa terão um prazo de 90 dias, contados a partir de 1º de outubro, para estabelecer uma "política permanente de apuração, reconhecimento e pagamento dos ganhos de produtividade.

A produtividade é o principal instrumento de valorização dos trabalhadores em períodos de inflação baixa. Na Copasa, enquanto tivemos um reajuste "oficial" da tarifa em 7,05%, o crescimento da receita bruta atingiu 23,4%, a receita operacional por empregado evouiu 19,36%. A redução de perda de água foi 15,6%. O crescimento real foi de 13,6% e o lucro líquido de 14,07%

## Localize o site do SINDÁGUA

A Copasa promoveu mudanças em sua intranet e alguns trabalhadores reclamaram dificuldade em localizar o site do SINDÁGUA.

Para facilitar esta busca, indicamos os passos que devem ser seguidos para acessar a página do SINDÁGUA. Ela não fica em página visível, como página de interesse. Para chegar até o SINDÁGUA, pela intranet, passou a ser necessário abrir três páginas.

Veja os procedimentos:

- 1- abra a intranet;
- 2- na coluna azul à direita, clique em sites de interesses gerais;
- 3- clique no link saneamento;
- 4- clique no último link, SINDÁGUA

### SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

**Presidente:** José Maria dos Santos - **Diretor de Comunicação:** Rogério Matos de Araújo - **Jornalistas:** Janaina Ferreira da Mata MG-064.87 JP e José Geraldo Ribeiro - MG 02717JP - **Ilustração:** Lute **Tiragem:** 10.000 exemplares - **Impressão:** Fumarc

Rua Congonhas, 518 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte/Minas Gerais - Tel: (0\_31) 3297-7227 - Fax: (0\_31) 3297-7224 - CEP: 30330-100 — Home Page: [www.sindagua.com.br](http://www.sindagua.com.br) e-mail: [imprensa@sindagua.com.br](mailto:imprensa@sindagua.com.br)

**GREVE DE 2003 - NÃO DESCONTO DE DOIS DIAS**

# Trabalhadores têm vitória já na segunda instância judicial

A ação judicial sobre os descontos dos dias parados já está na última instância, encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília. O SINDÁGUA-MG pediu a execução provisória dos valores devidos aos empregados que sofreram desconto no final de semana. O processo foi suspenso por um prazo de até 90 dias, a contar de 20 de setembro, para que a Copasa apresentasse os seus cálculos. Com a execução provisória, o processo fica com os valores calculados, aguardando o retorno do processo do TST.

O processo diz respeito aos nove dias de paralisação ocorridos na Campanha Salarial de 2003. Dentro da estratégia de punir os trabalhadores após a greve, a Copasa descontou todos os dias de uma só vez, incluindo o sábado e domingo. Segundo os julgamentos das 1ª e 2ª instâncias, os dias de repouso semanal remunerado não deveriam ter sido descontados. Com isso, os trabalhadores devem receber entre um e dois dias de trabalho, dependendo do desconto que foi realizado para cada um.

Durante a paralisa-



**Trabalhadores poderão receber o sábado e domingo**

ção, os trabalhadores tiveram a preocupação de não deixar faltar os serviços essenciais para a população, cumprindo todos os compromissos exigidos pela lei. Não foram praticados excessos e nem os serviços essenciais, nem o nome da

empresa ficaram comprometidos. A greve é um direito que deve ser utilizado pelos trabalhadores quando necessário. Vamos continuar lutando, inclusive na justiça, contra as medidas que prejudiquem a legítima organização da categoria.

## Categoria recebe 70% da PL/2005

Os trabalhadores receberão no final de outubro a segunda parcela da Participação nos Lucros, direito conquistado no Acordo Coletivo de Trabalho de 2003. Em abril, cada companheiro recebeu o equivalente a 30% do valor e agora terá os 70% restantes.

O pagamento consagra o direito conquistado pelos trabalhadores através do acordo sindical.

Já foram confirmados os nomes das comissões que discutirão os parâmetros da PL/2006, a ser recebida no próximo ano. Os nomes indicados pelos sindicatos são os dos companheiros Rogério Lourenzoni, Roberto Passos, Antônio Fernando Gorza (Senge) e Guilherme Andrade Ferreira (Saemg).

Espera-se, agora, o início das negociações para definir os balizadores da PL. O pra-

zo para conclusão dos trabalhos é de 60 dias, contados a partir de 1º de outubro, segundo o Acordo Coletivo.

Reforçamos os argumentos das últimas negociações, para que tenhamos uma elevação da parcela fixa, que hoje é de 30% para 70% do salário nominal. A entidade terá o apoio técnico do Dieese, além dos sindicatos de Engenheiros (Senge) e dos Administradores (Saemg).

# Empresa prejudica aposentados e trabalhadores afastados por doença

Após a venda de ações da Copasa, a política adotada pela direção da empresa é de ampliar os lucros, mesmo que para isso seja preciso enxugar os benefícios dos trabalhadores. A empresa que antes dava total assistência aos trabalhadores com problemas de saúde, principalmente, aqueles adquiridos no exercício da função, agora corta direitos sem a menor discussão.

Foram cortados os subsídios do plano Baixo Risco, a cesta básica e o pagamento das despesas médicas, farmacêuticas, fisioterápicas e de transporte para os tratamentos dos aposentados afastados por acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

A decisão da direção da Copasa é altamente prejudicial à categoria como um todo, pois configura uma perda de uma importante conquista dos trabalhadores, que passam a ficar desprotegidos na hora em que mais precisam de ajuda, quando adoecem ou sofrem acidentes ocasionados no trabalho.

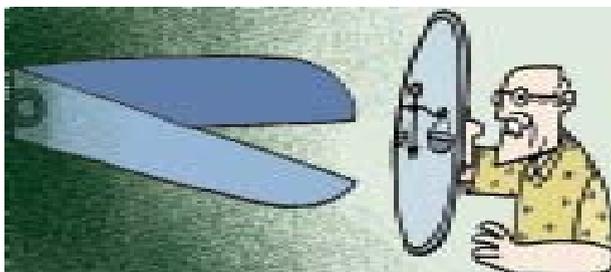
Desde a transferência da gestão do plano Baixo Risco para o Copass, o SINDÁGUA-MG tenta reverter as decisões arbitrárias da empresa, que atingiram inúmeros companheiros com graves problemas de saúde e em pleno tratamento médico e odontológico. O Sindicato tenta pelos meios políticos reverter a

situação, para amparar os atuais aposentados e afastados, além de dar segurança aos trabalhadores da ativa, mas os principais avanços estão sendo conquistados por determinação da Justiça, através do nosso departamento jurídico. Em recente reunião com o presidente da empresa, Márcio Nunes, os representantes das direções do Sindicato e do Deapes conseguiram o compromisso de criar um grupo de trabalho para estudar todos os casos com particularidades. Foi definida ainda a possibilidade de constituir um fundo de reserva para viabilizar a situação dos aposentados, e atender os casos mais graves.

## Justiça condena as arbitrariedades

Como a decisão da empresa foi bastante prejudicial aos aposentados e não foi apresentada nenhuma proposta de solução, pelo contrário, a direção da empresa disse ao sindicato que as pessoas que se sentissem prejudicadas deveriam recorrer à Justiça, o departamento jurídico do SINDÁGUA foi acionado para dar todo o apoio aos companheiros.

Foram ingressadas até o momento 30 ações individuais, com o pedido de liminar para que fossem restabelecidos os procedimentos do plano baixo risco nos mesmos termos anteriores, para os titulares e seus dependentes, assegurando os direitos adquiridos ao longo dos anos. Além disso, foi pedida também a indenização por danos morais, devido aos constrangimentos e humilhações sofridas pelos companheiros e companheiras, que tiveram



seu plano cancelado de uma hora para outra e foram impedidos de continuar o tratamento de suas enfermidades por causa da decisão unilateral da empresa.

Várias ações já foram julgadas e a Justiça tem dado ganho de causa aos aposentados, determinando o retorno às antigas regras. Os juízes da primeira instância concederam também, em alguns casos, tutela antecipada e a empresa tem que restabelecer imediatamente os benefícios de assistência médica e odontológica e demais procedimentos do plano baixo risco aos aposentados. Nestes casos, enquanto não

sai a sentença final da justiça, os aposentados e seus dependentes receberão a carteira e devem continuar a usufruir de todos os seus direitos. A tutela antecipada prevê ainda multa diária de até R\$ 1.000,00 a ser paga a cada aposentado caso a decisão judicial não seja cumprida pela empresa.

A vitória judicial dos aposentados mostra que a empresa escolheu o caminho errado para reduzir custos e obter lucros. Enquanto as empresas modernas se preocupam cada vez mais com a sua responsabilidade social e o bem-estar de seus trabalhadores, a direção da Copasa opta pelo retrocesso, retirando direitos conquistados ao longo dos anos e abrindo uma longa e difícil luta pela via jurídica, que, certamente, lhe trará mais gastos do que atender às necessidades de seus trabalhadores.

## MEDIDAS IGUAIS ATINGE GRUPOS DIFERENTES DE ASSISTIDOS

### Aposentados por tempo de serviço

Não tinham nenhum subsídio da empresa, mas em virtude de alguns terem débito com o plano Baixo Risco, a empresa exigiu que o aposentado confessasse a dívida e fizesse um acordo de pagamento para poder continuar utilizando a rede conveniada ao Copass;

### Aposentados por acidente de trabalho e por doença ocupacional (LER, DORT)

Tinham suas despesas médicas, fisioterápicas, odontológicas, farmacêuticas e até, em alguns casos, os gastos com transporte pagas pela empresa, que também subsidiava um percentual de 50% até 80% dos procedimentos do plano baixo risco, independente de terem ou não relação com o acidente de trabalho ou doença ocupacional. A direção da Copasa cortou todos os benefícios e subsídios, impedindo o parcelamento das despesas, que o aposentado deve pagar à vista e diretamente aos prestadores de serviços.

### Aposentados por invalidez previdenciária (doenças cardiovasculares, psiquiátricas etc.)

A empresa subsidiava as despesas com o baixo risco com o percentual de 50% até 80%, de acordo com os salários, quanto menor o salário maior o subsídio da Copasa na tabela de benefícios. Além disso, o aposentado utilizava a rede de convênio do plano baixo risco e podia dividir o pagamento da sua parte em até 5 vezes. A direção da empresa retirou o subsídio e o aposentado agora tem que pagar 100% dos procedimentos, à vista e diretamente aos profissionais conveniados.

Os aposentados por acidente de trabalho, doença ocupacional e invalidez previdenciária são considerados contratos suspensos, por que o aposentado foi afastado devido a uma doença ou acidente e pode retornar ao trabalho a qualquer momento, caso a perícia do INSS o considere apto.

### Cesta básica

Outra arbitrariedade da empresa que vem sendo corrigida através de decisão judicial é o fornecimento da cesta básica aos companheiros afastados por doença ocupacional ou acidente de trabalho. O departamento jurídico do SINDÁGUA-MG impetrou 20 ações, cada uma abrangendo um grupo de cinco aposentados. Nos processos que já foram julgados, a Copasa foi obrigada pela Justiça a voltar a fornecer o benefício aos que conseguiram a liminar.

Felizmente, o desrespeito e injustiça cometidos contra os trabalhadores estão sendo corrigidos pelo sistema jurídico. Isso, na prática, reverte as decisões da empresa tomadas de forma arbitrária e à revelia dos trabalhadores e do sindicato.

## Mudanças na Previminas trazem preocupação

Medidas que estão sendo propostas na Previminas para implementar mudanças em seu Estatuto trazem grande preocupação para todos os participantes e exigem uma postura urgente e transparente da direção da Copasa, para defender o extraordinário patrimônio construído pelos trabalhadores e pelas contribuições da própria empresa.

Desde a aprovação do Estatuto da Previminas, em 24 de julho/2002, para adequá-lo às leis e normas da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) que a diretoria executiva da Fundação apresenta ao Conselho Deliberativo propostas de revisão que consideramos arriscadas e nocivas. O SINDÁGUA chegou inclusive a realizar uma reunião com o Secretário de Estado do Planejamento, Professor Antônio Anastasia, que determinou a suspensão imediata das alterações, depois de ouvidas as argumentações da entidade.

Novamente, no entanto, as alterações que comprometem a estrutura administrativa da Fundação voltam à pauta com propostas casuístas e que facilitam a utilização da Previminas politicamente, burlando conceitos e regras que definem maior proteção do patrimô-



Comissão para analisar medidas

nio. Estas propostas levam de novo os trabalhadores participantes a procurarem a intervenção do governador do Estado, para defendermos a legitimidade da maior participação dos trabalhadores e maior representação da Copasa, como maior mantenedora, na diretoria Executiva e no Conselho Deliberativo.

### PREOCUPAÇÕES COM AS MUDANÇAS

Art.13 § 2º - Retirada da exigência de dois anos para pertencer à Diretoria Executiva.

Somos contrários a esta proposta, haja visto que os maiores fundos de pensão como Forluz, Previ, Desban exigem de cinco a 10 anos de participação nos planos para pertencer à diretoria executiva.

Art.31 - Defendemos a criação ou substituição da composição da diretoria atual para um diretor, eleito pelos participantes. Com a governança corporativa, várias fundações incluíram no seu estatuto a eleição de diretores dos participantes, como forma de acompanhar e dar maior transparência às atividades da Fundação.

# Categoria abre discussão sobre a Previminas

As informações sobre a situação financeira da Previminas começam a assustar os participantes do programa previdenciário. Fala-se em reajuste de até 38% no valor das mensalidades e de sério déficit no fundo previdenciário.

Os trabalhadores na Copasa entraram em polvorosa com as informações do déficit da Previminas, escaldados com o trágico fim da antiga Fundasemg, acusada à época de má administração, comprometendo sua saúde financeira.

Este problema alarmante e várias reivindicações apontadas pelos participantes junto à Previminas serão discutidas em seminário a ser realizado em novembro.

O Conselho Deliberativo da Acoprevi em sua reunião de 20 de setembro, com as presenças dos conselheiros José Maria dos Santos, presidente do SINDÁGUA, e Jarbas de Souza Marinho, coordenador do Deapes, constituiu uma comissão de participantes da Previminas para realizar as seguintes atividades:

## Seminário para abrir as informações

O primeiro grande evento de discussão sobre a Previminas acontecerá no próximo dia 9 de novembro, de 8 às 18 horas, no auditório da Copasa. O seminário "Previdência Pública e Complementar" será organizado pelo SINDÁGUA e Acoprevi.

1. inteirar-se dos estudos e negociações da empresa das condições propostas para ajuste do plano previdencial da COPASA;
2. apresentar sua opinião sobre as soluções propostas para os ajustes;

3. apresentar suas sugestões quanto às melhores adequações para o ajuste do plano previdencial da COPASA e as considerações que julgar convenientes.

A Comissão, que será coordenada pelo dirigente do Sindicato, Renato Rodrigues, foi constituída com os seguintes integrantes:

- Edwiges Alvim Camargo Brandão (Grupo de Mulheres da Copasa para Estudos sobre a Previminas);
- Jarbas de Souza Marinho (Deapes);
- José Alberto de Araújo Serafini (Acoprevi);
- José Magnani Machado (Acoprevi);
- José Maria dos Santos (SINDÁGUA)
- Patrícia Falci Mourão (Grupo de Mulheres da Copasa para Estudos sobre a Previminas);
- Renato Rodrigues de Oliveira (SINDÁGUA)
- Rogério Matos de Araújo (SINDÁGUA);
- Udmar Michelletti Dias (Acoprevi).



## Malote censurado

A Copasa decidiu dificultar o trânsito de informações dos Sindicatos, da Previminas, do Copass e demais boletins e jornais de interesse interno. O malote deixou amontoado por dois dias a última edição do jornal SINDÁGUA, obrigando à entidade em retirá-lo e enviá-lo com grande atraso. Foi barrado também um boletim do SAEMG (Sindicato dos Administradores) que abordava as mudanças patrocinadas pela empresa no Copass.

Apesar de buscarmos superar este grande e inexplicável problema causado pela direção da empresa, não podemos deixar de condenar este bloqueio do malote. Tal iniciativa só pode ser entendida como uma forma de calar a manifestação dos sindicatos. Devemos lembrar que diversos boletins, como do próprio Sindicato, da Previminas, Copass, Aeco são de extrema importância para a divulgação de informações de interesse na Copasa e que a trava no malote é mais uma manifestação de insensibilidade e descaso com a importância que informações sobre saúde, previdência, benefícios e organização interna tem para todos.

Esperamos que esta medida seja revista, para garantir o tráfego de informações dentro da empresa, levando-se em conta, principalmente, que quaisquer boletins em circulação têm que respeitar princípios éticos e de responsabilidade com a informação.

# BERINGOLA!



No dia 23 de setembro, o coordenador emérito do DEAPES, Geraldo Ribeiro da Silva, nosso querido Beringola, foi homenageado pela sua dedicação e empenho na criação do Departamento de Aposentados, que, através da colaboração do companheiro, se transformou em uma entidade conhecida e respeitada dentro e fora da Copasa. O evento contou com a presença de diretores do DEAPES e SINDÁGUA, além de amigos e familiares, que vieram prestigiar o justo reconhecimento pelo trabalho prestado pelo Beringola aos aposentados da

categoria. Grande número de companheiros aposentados compareceu na homenagem, ressaltando as medidas arbitrárias e injustas que penaliza os trabalhadores depois de uma vida de dedicação à Copasa.



## ELEIÇÃO PARA O COPASS

A categoria aguarda a publicação de edital do COPASS convocando a eleição para os novos membros dos conselhos de gestão e fiscal, previstas pelo Regulamento aprovado em outubro/2005. Naquela oportunidade foi concedida uma prorrogação dos mandatos dos atuais membros por mais um ano, facilitando o processo de transição do COPASS com integração dos planos de alto e baixo risco.

O processo eleitoral do COPASS deve começar agora em novembro, renovando 20 membros nos dois conselhos, sendo eleitos dez deles representantes dos participantes, seis no Conselho de Gestão e quatro no Conselho Fiscal.

# BRASIL DOS TRABALHADORES

O recado vem sendo dado pelas pesquisas que coletam a intenção de votos dos brasileiros. O País ansia pela recuperação econômica e seus conseqüentes resultados em criação de postos de trabalho e de benefícios sociais.

A contramão de tudo isto é a especulação financeira e a venda de patrimônios do povo, tendo como exemplos mais marcantes deste bem as empresas estatais de serviços públicos e de símbolos da nacionalidade brasileira, como a Petrobrás, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal.

A sanha privatista do tucanato é a sua própria condenação à má sorte nas urnas. O ex-governador Itamar Franco consertou o grave estrago da venda da Cemig no governo tucano de Eduardo Azeredo, além de promover uma emenda constitucional mineira para proteger patrimônios como esta empresa de energia elétrica e a Copasa. Quem ousar qualquer atitude entre-

guista deste patrimônio de Minas colherá a fúria das urnas e inflará qualquer candidatura adversária.

As pesquisas apontam a praticamente certa reeleição do presidente Lula para mais quatro anos no Palácio do Planalto, para levantar as paredes sobre o alicerce de recuperação econômica construído neste primeiro mandato.

Seu adversário apresentou apenas denúncias, cobranças de dossiês, discurso ao mesmo tempo agressivo e vazio. Pregou o derrotismo: "o Brasil no final da fila"... "não podemos ficar suspendendo o meio enquanto tomamos uma goleada". Nada apresentou de propostas concretas e convincentes de construção nacional. Só tentou provar que não é da mesma laia de todos que estão aí. Vai, certamente, tomar bomba nas urnas neste dia 29.

A grande e inarredável experiência desta eleição mostra um povo brasileiro mais maduro, mais imune à po-

litcalha, mesmo que tenhamos assistido candidaturas vitoriosas que provam que o mal não está de todo derrotado.

Apostar na construção de um Brasil melhor passou a ser uma linha invisível que liga todos os brasileiros. Queremos uma economia que cresça sem planos milagrosos, bastando nosso trabalho e nossa disposição de luta. Queremos extirpar a ganância financeira, pelos lucros fáceis e apenas "sentir muito" e ficar comovidos com os bolsões de pobreza. Este é um Brasil de trabalhadores. Um País que foi escangalhado por uma classe política que saiu das sombras da ditadura e que vinha conservando os brasileiros em pantanosa desigualdade social.

Votar por um Brasil de trabalhadores vem sendo a nossa grande construção de longos anos. A nossa consciência é a nossa memória acesa de tudo que vivemos e sofremos. Viva o Brasil! Viva o povo brasileiro!

## Fábio Avelar reeleito na ALEMG

O Deputado Fábio Avelar confirmou nas urnas o seu terceiro mandato na Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALEMG).

Fábio terá pela frente uma luta de grande significado para o saneamento em Minas, a defesa da Copasa contra a privatização, amparando as mudanças na Constituição implantadas através da histórica PEC 50. O ex-diretor da Copasa e deputado estadual eleito com o apoio dos trabalhadores terá papel fundamental para impedir projetos que tenham a intenção de sucatear a empresa, para entregá-la ao capital privado. O SINDÁGUA cumprimenta o deputado, desejando-lhe pleno sucesso em seu trabalho pela universalização do saneamento em Minas.



Fábio, entre "Beringola" e Adair